



4537787



00135.209220/2024-57



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

**Ata da 328ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
(CONANDA)**

Datas: 7 e 08/08/2024

Brasília, na data da assinatura.

Nos dias sete e oito do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, no Rua João Diogo, nº 52, Bairro da Cidade Velha – Belém/PA, foi realizada a Trecentésima Vigésima Oitava Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA. Estiveram presentes dia 07/08/2024: Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Cláudio Augusto Vieira da Silva (Ministério dos Direitos Humanos/SNDCA); Dayse César Franco Bernardi (NECA); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Edmundo Ribeiro Kroger (Central de Educação e Cultura Popular - CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Eloi Gallon (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB); Emily Karolyne Rodrigues Cabral (Federação Nacional das Associações Pestalozzi - FENAPESTALOZZI); Erasto Fortes Mendonça (Ministério da Educação); Lucinete Corrêa Tavares (Instituto EcoVida); Luísa Raquel Alves Espindula (Secretaria Nacional de Juventude); Marina de Pol Poniwas (Conselho Federal de Psicologia - CFP); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Caíque Gomes de Oliveira (Representante do CPA - SP); Eduarda Nayara Lemes de Andrade (Representante do CPA - SP); Jeferson do Nascimento de Souza (Representante do CPA - RJ); Manuela Kamily de Souza L. Favacho (Representante do CPA - PA). Convidados: Maria Luíze (OAB/PA – CDCA); Ricardo Melo (OAB/PA – FNDCA); Jalma Gonçalves Bandeira (APACC – CEDCA/FDCA); Maria do Livramento (SECDH); Natalia Menezes (CMDCA); Raylson Savares (CMDCA); Vânia (CMDCA – PA); Lilian de Souza (CEDCA); Luzia Moraes (FUNPAPA – Belém); Marcio Coelho (CPE – PA); Suzany Brasil (Forúm Nacional – DCA); Rita Dias (CEDCA – CRESS – PA); Angela Fernanda (CMDCA – Redenção); Nazaré Araújo (UFPA – ICED); José Vitor; Vitoria Brito Salvador (PRS); Lanna Karine (CESCA/PA); Isabella Chaves (CPA/PA) Raimunda (CMDCA). No dia 08/08/2024 estiveram presentes: Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Cláudio Augusto Vieira da Silva (Ministério dos Direitos Humanos/SNDCA); Dayse César Franco Bernardi (NECA); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Edmundo Ribeiro Kroger (Central de Educação e Cultura Popular - CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Eloi Gallon (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB); Emily Karolyne Rodrigues Cabral (Federação Nacional das Associações Pestalozzi - FENAPESTALOZZI); Erasto Fortes Mendonça (Ministério da Educação); Lucinete Corrêa Tavares (Instituto EcoVida); Luísa Raquel Alves Espindula (Secretaria Nacional de Juventude); Marina de Pol Poniwas (Conselho Federal de Psicologia - CFP); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeis Infantis SOS Brasil); Caíque Gomes de Oliveira (Representante do CPA - SP); Eduarda Nayara Lemes de Andrade (Representante do CPA - SP); Jeferson do Nascimento de Souza (Representante do CPA - RJ); Manuela Kamily de Souza L. Favacho (Representante do CPA - PA). Convidados: Emanuela Kamily de Souza L. Favacho; Maria Luíze (OAB/PA – CDCA); Ricardo Melo (OAB/PA

– FNDCA); Jalma Gonçalves Bandeira (APACC – CEDCA/FDCA); Maria do Livramento (SECDH); Natalia Menezes (CMDCA); Raylson Savares (CMDCA); Vânia (CMDCA – PA); Lilian de Souza (CEDCA); Luzia Moraes (FUNPAPA – Belém); Marcio Coelho (CPE – PA); Suzany Brasil (Forúm Nacional – DCA); Rita Dias (CEDCA – CRESS – PA); Angela Fernanda (CMDCA – Redenção); Nazaré Araújo (UFPA – ICED).

Dia 07/08/2024 – Manhã – Abertura da 326ª Assembleia Ordinária do Conanda: A Sra. Amanda Anderson de Souza iniciou a reunião com a apresentação da pauta dos sete e oito de agosto de dois mil e vinte e quatro: 1. Abertura da 328ª Assembleia Ordinária do CONANDA com Leitura da Ordem do Dia: A) Abertura da Assembleia; B) Comitê de Participação de Adolescentes: CPA/Conanda: CPA/CEDCA-PA; C) Relatoria da Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPP: Participação local: Política Nacional de Formação Continuada e o Fortalecimento dos Conselhos de Direitos e Tutelares - Escola de Conselhos do Estado do Pará - Convidados: Professor Salomão (UFPA), Associação dos Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais; D) Relatoria da Comissão Permanente de Mobilização e Formação – CMF: Participação local: COP 30 – Articulação para a proteção dos direitos da Criança e do Adolescente no Contexto das Mudanças Climáticas - Convidados: Fórum de Mudanças Climáticas de Belém, Comitê da COP 30/Governo do Pará, COA Infância/MPPA, Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; E) Encaminhamentos e conclusão do 1º dia da 328ª Assembleia Ordinária do CONANDA. 2. Abertura do 2º dia da 328ª Assembleia Ordinária do CONANDA com Leitura da Ordem do Dia: A) Relato da Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças – COF - Convidada: Maria Gutenara, Coordenadora-Geral de Políticas Temáticas da SNDCA/MDHC; B) Relatoria da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP; C) Apresentação sobre as Escolas de Conselhos - Monitoramento da aplicação dos recursos do Fundo Nacional para Criança e Adolescente - Convidada: Clayse Moreira e Silva, Coordenadora-Geral de Fortalecimento do Sistema de Garantia e Direitos; D) Relato do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Rio Grande do Sul (CEDICA/RS) e dos membros do CONANDA que acompanham a pauta - Convidada: Simone Maria Pedott Romanenc, Presidente do CEDICA/RS; E) Encaminhamentos finais; F) Conclusão e encerramento da 328ª Assembleia Ordinária do CONANDA. 3. Reabertura da 328ª Assembleia Ordinária do CONANDA com Leitura da Ordem do Dia: A) Reabertura da Assembleia; B) Relatoria da Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças – COF: Entrega oficial do CONANDA da equipagem: Participação local: Estratégias de enfrentamento para proteção dos direitos da criança e do adolescente - Convidados: Fórum Marajó, Fórum DCA Pará, Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, Ministério Público do Estado do Pará, Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (Naeca) da Defensoria Pública do Pará; C) Intervalo; D) Relatoria da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP e Grupo de Trabalho SINASE: Participação local: Base de dados do SIPIA para a formulação de ações e políticas públicas que garantam os direitos humanos de crianças e adolescentes - Convidados: Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Pará (SEASTER/PA) / Coordenadora técnica do SIPIA, Associação dos Conselhos Tutelares (CTs), CEDCA/PA, Comitê Estadual SINASE Pará, Comitê Gestor PPCAAM/PA; E) Roda de Conversa: Fortalecimento dos Conselhos de Direitos e demandas locais; F) Encaminhamentos finais e encerramento da 328ª Assembleia Ordinária do CONANDA. Continuamente, foram realizadas uma série de exposições por representantes de diversas instituições e entidades dedicadas à defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Os participantes destacaram a relevância da descentralização da Assembleia, manifestaram satisfação pela participação após desafios anteriores e sublinharam a importância do trabalho colaborativo para a transformação de vidas. Vários representantes locais e regionais expressaram otimismo quanto ao evento e à sua importância para a área. Os representantes do Comitê de Participação de Adolescentes, CPA, expressaram contentamento por estarem presentes no evento e enfatizaram a relevância da Assembleia para o fortalecimento da atuação em suas respectivas localidades. Foram mencionadas a novidade da Assembleia no Pará, agradecimentos pelo suporte recebido e reconhecimento das contribuições na luta contra o trabalho infantil. Foi enfatizada a importância do aprendizado durante o encontro e a necessidade de continuar colaborando para a melhoria das condições para crianças e adolescentes. A celebração pela presença do Conanda no Pará e o fortalecimento das ações na área também foram ressaltadas. Em seguida, foi sublinhada a importância de enfrentar os desafios relacionados às políticas públicas para crianças e adolescentes no Pará. No final de 2020, a Sra. Manuela Kamily de Souza L. Favacho e o Sr. Jeferson do Nascimento de Souza assumiram a gestão do Comitê de Participação de Adolescentes, CPA. A Sra. Manuela Kamily de

Souza L. Favacho ingressou como titular e continuou sua atuação. Ao término da gestão, ambos foram reeleitos, permitindo sua presença no encerramento desta gestão do CPA. A Sra. Manuela Kamily de Souza L. Favacho destacou que, durante a primeira gestão em que participou, o CPA estava começando a se fortalecer e, apesar das dificuldades impostas pela pandemia, o Conanda e o CPA conseguiram concretizar os direitos. Durante esses dois anos, não houve encontros nacionais ou conferências, mas, graças à nova eleição, o CPA conseguiu realizar uma conferência neste ano. Posteriormente, o Sr. Jeferson do Nascimento de Souza compartilhou sua experiência, mencionando que entrou como suplente representando o Rio de Janeiro e posteriormente assumiu a titularidade. Observou que a gestão anterior foi marcada por turbulências devido à pandemia, com encontros e conferências limitados. No entanto, a luta e os esforços da gestão anterior ajudaram a fortalecer o CPA e possibilitaram a continuidade das ações. A Sra. Maria Izabel falou sobre o processo seletivo para a nova gestão, realizado digitalmente com a participação de 108 adolescentes. Mencionou a dificuldade de acesso à internet em áreas rurais e a falta de representação de alguns estados, como São Paulo, destacou a necessidade de aumentar a visibilidade do CPA e melhorar a comunicação sobre seu papel e atividades, além da importância do apoio dos conselhos estaduais e municipais. A Sra. Manuela Kamily de Souza L. Favacho explicou que suas reuniões são mensais e rotativas, com a participação de dois adolescentes de cada município. Destacou as dificuldades enfrentadas, como a falta de acesso à educação de qualidade e problemas com transporte e infraestrutura. A Sra. Manuela Kamily de Souza L. Favacho ressaltou a importância das campanhas temáticas e da participação dos CPAs municipais para o fortalecimento da atuação do CPA em todo o estado. Também mencionou os planos de ação para o mandato de 2024 a 2026 e a necessidade de apoio político e financeiro para enfrentar os desafios. Os representantes do CPA destacaram as dificuldades enfrentadas, como a falta de recursos e apoio para a realização de eventos e atividades. Enfatizaram a importância de contar com o apoio político e o envolvimento dos conselheiros para garantir que seus direitos sejam respeitados e que suas demandas sejam atendidas. Agradeceram a todos os presentes pelo apoio e reiteraram a necessidade de continuar lutando pelos direitos das crianças e adolescentes. Uma intervenção final foi realizada por um membro da mesa, que expressou satisfação em ver um grupo tão diversificado e bem preparado. O trabalho dos jovens no CPA foi elogiado, destacando a importância de manter a trajetória sem permitir que ninguém interrompa seu progresso. O grupo foi parabenizado e encorajado a continuar o bom trabalho. Sequencialmente, o Sr. João Paulo Salegas destacou a importância das solicitações feitas e a necessidade de mudanças na atuação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, CMDCA, e dos conselheiros tutelares. Apontou que, apesar de ser um dos conselhos mais recentes do Brasil, é crucial que as mudanças ocorram de forma ascendente. A dificuldade de comunicação entre o Conanda e os conselhos estaduais e municipais foi ressaltada, com sugestão para a criação de um canal mais eficiente para orientar os municípios. Informou que recebeu informações sobre a Assembleia apenas na noite de sexta-feira. A necessidade de um fundo específico para o CPA foi defendida, a fim de garantir infraestrutura e materiais adequados, considerando a realidade das crianças e adolescentes que enfrentam dificuldades financeiras. O Sr. Antônio Roberto Silva Pasin comentou que o Pará possui uma alta taxa de informalidade no trabalho jovem e que a implementação deste programa é fundamental para garantir a profissionalização dos adolescentes, combater a evasão escolar e gerar empregos. O Sr. Carlos Frederico dos Santos relatou sua experiência com a Escola de Cidadania, destacando como essa formação foi essencial para sua atuação no CPA. Substantivou a importância dos espaços de formação e da Escola de Cidadania para a capacitação dos jovens. O Sr. Cláudio Augusto Vieira da Silva abordou a necessidade de envolver adolescentes na decisão sobre a alocação de recursos dos fundos. Mencionou a relevância da participação das crianças na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente e sugeriu que os adolescentes continuem a provocar mudanças e a cobrar dos poderes públicos mais atenção às áreas de saúde, educação, cultura e esporte. A Sra. Eduarda Nayara Lemes de Andrade e o Sr. Jeferson do Nascimento de Souza falaram sobre a importância da Escola de Cidadania e a necessidade de um olhar mais atento à profissionalização dos jovens. O Sr. Jeferson do Nascimento de Souza destacou a situação precária de jovens que trabalham sem proteção adequada e a falta de fiscalização rigorosa. Também enfatizaram a necessidade de uma carta aberta para questionar a destinação de verbas para a educação. Os representantes do CPA solicitaram apoio para a criação e formação de CPAs municipais e estaduais, destacando a importância de ter conselheiros envolvidos nessa implementação. Pediram também que a comunicação e os horários das reuniões do Conanda sejam ajustados para melhor atender às necessidades dos adolescentes. O grupo concluiu com um agradecimento a todos os presentes pelo apoio e reiterou a necessidade de união e

respeito pelos direitos das crianças e adolescentes. Reforçaram a importância de continuar colaborando para melhorar o futuro de todos. A Assembleia foi encerrada com uma intervenção final de um membro da mesa, que expressou satisfação em ver um grupo tão diversificado e bem preparado. O trabalho dos jovens no CPA foi elogiado, destacando a importância de manter a trajetória sem permitir que ninguém interrompa seu progresso. Dia 07/08/2024 – Tarde: Na reunião, foram abordados diversos pontos importantes. A coordenadora informou que a Secretaria Executiva enviou ofícios a todos os órgãos relevantes solicitando contribuições sobre as questões discutidas, com prazo final até 2 de agosto. Em consequência, a comissão sugeriu que o CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, dessa continuidade ao cronograma estabelecido e reduzisse o prazo da consulta pública de 60 para 30 dias. Simultaneamente, a Secretaria Executiva enviará um novo ofício aos órgãos e ministérios consultados, informando que as minutas serão disponibilizadas para consulta pública e que ainda poderão enviar seus posicionamentos durante esse período reduzido. Quanto à minuta do Pacto Nacional pela Escuta Protegida e ao Guia de Implementação da Lei nº 10.431, a Secretaria Executiva esclareceu que os documentos ainda não haviam sido oficialmente enviados ao CONANDA e solicitou um prazo maior para que o Conselho pudesse emitir seu posicionamento. A comissão propôs, além de disponibilizar os documentos online para contribuições, a definição de conselheiros das organizações para uma análise mais aprofundada sobre o tema. No que tange ao plano de convivência familiar e comunitária, a Secretaria Executiva convocará uma reunião extraordinária com a Comissão de Política de Assistência Social do CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social, no dia 6 de setembro, com horários possíveis às 9h ou às 14h. Também será disponibilizada uma hora na segunda-feira de setembro para a apresentação do plano, debate e deliberação do cronograma de análise e aprovação. Recursos serão solicitados para a sistematização da consulta pública, diagramação, impressão e seminário nacional de lançamento do plano, podendo ser utilizados os R\$ 3,2 milhões alocados para o PRODOC, Programa de Apoio aos Conselhos e Comitês de Direitos Humanos, da Conferência Familiar e Comunitária na gestão 2021-2022, que foram direcionados ao PRODOC de violência. Em relação às minutas sobre povos e comunidades tradicionais, o cronograma previamente aprovado será mantido, mas a consulta será reduzida de 60 para 30 dias. A Secretaria Executiva enviará um novo ofício aos órgãos e ministérios consultados, informando que as minutas estarão disponíveis para consulta pública e que ainda terão a oportunidade de enviar seus posicionamentos ao CONANDA durante o prazo da consulta. Finalmente, sobre o Pacto Nacional pela Escuta Protegida e o Guia de Implementação da Lei, a Secretaria disponibilizará os documentos em formato de link para todos os conselheiros, que poderão fazer suas contribuições até o dia 20 de agosto. A Secretaria Executiva também mencionou que alguns estavam trabalhando com o governo até a conclusão do caso. Durante a reunião, foram discutidos três encaminhamentos principais: a redução do prazo da consulta pública e a comunicação com órgãos e ministérios; a convocação da Comissão de Política de Assistência Social do CNAS para discutir o plano; e a alocação de recursos para a sistematização e lançamento do plano. A coordenadora destacou a importância de aprovar e realizar a consulta pública o mais rapidamente possível, dada a relevância da convivência familiar e comunitária como um direito fundamental de todas as crianças e adolescentes. Foi lembrado que, após a aprovação do cronograma, decidiu-se pela consulta prévia aos ministérios e órgãos relevantes antes da consulta pública, dado que eles têm atribuições descritas nas minutas. Apesar do prazo dado para essa consulta não ter sido cumprido, a decisão foi seguir com a redução do prazo da consulta pública para manter o cronograma para este ano. A reunião também incluiu depoimentos e discussões sobre a formação e o fortalecimento dos conselhos de direitos. A Sra. Natalia Araújo falou sobre as atividades e desafios enfrentados, incluindo problemas com o processo licitatório e a formação de conselheiros. A Sra. Rita Dias relatou a experiência de realizar formações em diversos municípios e destacou problemas como a ausência de conhecimento técnico e condições inadequadas de trabalho. A Sra. Elza Magalhães abordou a situação específica de seu município e expressou preocupações sobre a proteção das crianças indígenas em sua área. A Sra. Angela Fernanda relatou seu recente contato com Igarapé Amiri e outros municípios do polo Mojú e foi decidido realizar três formações distintas: uma em Igarapé Amiri, outra em Mojú e uma terceira em Baía Itatuba, para garantir a participação de todos os municípios do polo. A formação em Redenção também está sendo considerada. A Sra. Angela Fernanda enfatizou a importância de ajustar as formações às necessidades locais e prometeu discutir com os secretários de assistência para determinar a melhor abordagem. O Sr. Max André destacou a necessidade de uma integração mais eficaz entre academia e movimento social e expressou satisfação pela marcação da reunião do Conselho Gestor, que vinha sendo cobrada. Levantou preocupações sobre o financiamento

da política nacional de formação continuada e pediu que essas questões sejam abordadas na definição do currículo e programa de formação. A Sra. Amanda Anderson de Souza pediu uma revisão das práticas atuais para garantir que questões de orientação sexual e identidade de gênero sejam adequadamente tratadas nas escolas e conselhos. Apontou a necessidade de uma cartilha com orientações claras para conselheiros tutelares sobre essas questões, dada a preocupação com o aumento de suicídios entre jovens LGBTI. Abordaram a questão do SIPIA, Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, ressaltando a importância de uma formação adequada para conselheiros tutelares para que possam utilizar efetivamente o sistema. Mencionou que a Secretaria está trabalhando para estabilizar a versão atual do SIPIA e que haverá uma portaria do ministro regulamentando o uso do sistema. O Sr. Cláudio Augusto Vieira da Silva acrescentou que o CONANDA, a Secretaria Nacional e o Ministério estão trabalhando na implementação de uma política pública de formação, que envolve cofinanciamento com os estados e a construção de uma política nacional para formação continuada. Ressaltou que o SIPIA precisa ser integrado ao plano nacional de formação e está sendo trabalhado para se tornar uma ferramenta eficaz e obrigatória. Posteriormente, a Sra. Maria Luize relatou um problema significativo com a quantidade de documentos recebidos para o CPA, Comitê de Participação de Adolescentes. De 27 organizações que preencheram o formulário, apenas 3 enviaram a documentação completa, o que gerou preocupações. A Sra. Maria Luize sugeriu que, embora o prazo para envio dos documentos vá até 30 de agosto, seria prudente ampliar esse prazo e intensificar a divulgação para garantir a participação de mais organizações. A Sra. Suzany Brasil sugeriu usar o Instagram para criar uma contagem regressiva e alertar sobre a necessidade de enviar tanto o formulário quanto a documentação. O Sr. Renato César Ribeiro Bomfim sugeriu que a inscrição fosse condicionada ao envio de documentos, mas isso não é possível devido às regras atuais do edital. Decidiu-se que, após 19 de agosto, será enviada uma comunicação a todas as organizações que não enviaram a documentação, reiterando o prazo final e incentivando o envio. Em relação ao processo de escolha do CPA, foi mencionado que, entre 2021 e 2022, o projeto de apoio aos estados brasileiros para a organização dos CPAs incluiu a participação do Conselho Estadual do Pará e a criação de uma cartilha para auxiliar na implementação. Os conselhos estaduais devem selecionar um adolescente titular e até três suplentes até 18 de outubro, com a documentação necessária a ser enviada até 25 de outubro. Até a última atualização, 27 organizações preencheram o formulário, mas apenas 3 enviaram a documentação completa, sendo que duas dessas estavam incompletas. A documentação deve ser enviada até 30 de agosto para a composição dos 10 titulares e 10 suplentes. Adicionalmente, foi destacado o processo pela plataforma virtual, que terminou em 31 de julho, com 308 adolescentes participando e 104 apresentando propostas. A próxima fase envolverá a comunicação com os 30 melhores candidatos, que serão solicitados a enviar vídeos para a Secretaria Executiva. A proposta inclui atualizar o grupo de WhatsApp dos presidentes e vice-presidentes do CONANDA sobre a cartilha e o folder para apoio aos CPAs. Na reunião sobre a implementação das caravanas regionais, relataram que, em dezembro de 2020, o CONANDA decidiu realizar as caravanas estaduais com foco nos resultados das conferências nacionais dos direitos da criança e do adolescente, após um saldo de recursos devido à realização virtual das conferências. O projeto, começou com a análise de mais de 1.100 propostas categorizadas por temas, após dificuldades iniciais na coleta de dados das conferências. A primeira caravana foi realizada na Bahia, com sucesso, e as próximas estão agendadas para os dias 21 e 22. O objetivo dessas caravanas é visibilizar os direitos da criança e do adolescente, promover o debate sobre democracia participativa e consolidar conceitos estaduais. O primeiro dia é dedicado a uma grande atividade pública com o apoio dos Conselhos Estaduais, e o segundo dia é reservado para oficinas de trabalho, abordando avanços e desafios nas áreas de convivência familiar e comunitária, trabalho infantil, violência sexual, conselhos tutelares e de direitos. Foi decidido que a mesa diretora indicará os conselheiros para as próximas caravanas, com a conselheira Sra. Dayse César Franco Bernardi e a conselheira Sra. Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira representando a sociedade civil na próxima caravana em Macapá, e a conselheira Sra. Amanda Anderson de Souza pelo governo. O Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha destacou a influência das mudanças climáticas nas populações mais vulneráveis, com foco no racismo climático e na necessidade de informações precisas. Mencionou o impacto das mudanças climáticas em Belém e a importância da arborização urbana para a proteção ambiental. A Sra. Marina de Pol Poniwas fez uma provocação ao Sr. Sérgio sobre como o Fórum de Mudanças Climáticas pode garantir que crianças e adolescentes sejam priorizados nos planos municipais. Questionou também a atuação do Sistema de Garantia de Direitos em emergências climáticas e mencionou a Conferência Climática Regional das Juventudes Latino-Americanas que ocorrerá em Belém. Destacou a necessidade de garantir a

participação de crianças e adolescentes na COP 30 e a importância de ter protocolos de salvaguarda. O Sr. Ricardo Melo abordou a situação dos povos tradicionais que foram forçados a se deslocar para áreas rurais após a degradação ambiental e pressão para deixar áreas urbanas. Criticou a falta de suporte para essas comunidades nas novas áreas rurais e a necessidade de políticas públicas que garantam educação e apoio adequado. O Sr. Ricardo Melo apresentou técnicas agrícolas para aumentar a produção de bois sem a necessidade de desmatamento e enfatizou o uso de Sistemas Agroflorestais, SAFs, como uma solução sustentável para a Amazônia. Ressaltou que, com essas técnicas, é possível duplicar a produção de bois sem derrubar árvores, promovendo uma prática mais sustentável e respeitosa ao meio ambiente. Dia 08/08/2024 – Manhã: A reunião é iniciada com o item principal da pauta sendo a deliberação sobre a aprovação da minuta da resolução que estabelece a composição dos membros da Comissão de Seleção do CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esta comissão será responsável pela avaliação e seleção de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Nacional. A minuta inclui duas linhas de financiamento que devem ser implementadas por meio de editais: uma para promoção e fortalecimento da convivência familiar e comunitária, no valor de R\$ 2.843.000, e outra para o enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes, com R\$ 904.117,98. O total é de R\$ 3.747.929. Para isso, é necessário criar uma comissão, e a Secretaria preparou uma proposta de minuta que será lida e discutida. A resolução estabelece a designação dos membros titulares e suplentes das comissões envolvidas no processo de seleção. O CONANDA deve seguir as normas previstas em diversas leis e decretos relacionados ao financiamento e à parceria com a sociedade civil. A minuta detalha a formação da comissão com representantes das comissões de Orçamento e Finanças, Políticas Públicas, Mobilização de Informação e Direitos Humanos e Ação Parlamentar. Cada comissão deve indicar um titular e um suplente, sendo um do governo e um da sociedade civil. É imperativo que se delibere acerca da indicação dos nomes e do prazo para a sua efetivação, o qual está sendo proposto como sendo de 10 dias. A Secretaria Executiva deverá receber as indicações dentro desse período. Além disso, a previsão é que as embarcações, adquiridas com o recurso de R\$ 5 milhões, sejam entregues entre os meses de janeiro e fevereiro do próximo ano. A Universidade Federal do Pará será encarregada da execução e da entrega dessas embarcações. No prosseguimento da reunião, a Sra. Amanda Anderson de Souza iniciou a relatoria do SINASE, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, abordando a construção da resolução do CONANDA com base nas escutas realizadas pelo Grupo de Trabalho, GT. Foi decidido prorrogar o prazo do GT SINASE por um ano para concluir a minuta da resolução, que está sendo elaborada com base no plano decenal para 2025 a 2030. Em seguida, tiveram a participação de diversos representantes locais para debater estratégias de enfrentamento da violência e proteção dos direitos das crianças. A Sra. Maria Luize destacou a realidade difícil do Marajó, caracterizada por miséria e desigualdade, e a necessidade de ações locais e coordenadas para enfrentar essas questões. Enfatizou a importância do envolvimento da comunidade local na luta pelos direitos humanos e sugeriu a realização de um fórum no Marajó para discutir a situação. A Sra. Suzany Brasil também comentou sobre a situação no Marajó, ressaltando as diferenças entre as ilhas e a importância de fortalecer as instituições locais para enfrentar violações de direitos. Destacou a necessidade de melhorar a mobilidade e o acesso aos recursos para garantir uma resposta eficaz às denúncias e problemas enfrentados na região. Esses debates e sugestões são fundamentais para melhorar a eficácia das políticas e ações voltadas à proteção dos direitos das crianças e adolescentes no Marajó e em outras áreas do Pará. O Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha abriu a discussão destacando o papel fundamental do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Enfatizou que a coordenação do comitê inclui diversas entidades, como a Secretaria de Estado de Segurança Pública, SEGUB, e a Polícia Civil, trabalhando em conjunto para enfrentar a violência sexual infantil. O Sr. Sérgio Eduardo mencionou a Operação Caminhos Seguros, que está em andamento em todo o Marajó, com o objetivo de realizar capacitações e investigações para melhorar o atendimento e reduzir a reincidência de casos. Também sublinhou a importância da manutenção das embarcações na região para garantir acesso às comunidades ribeirinhas e possibilitar um trabalho eficaz da justiça e da polícia. A Sra. Emanuela Kamily de Souza L. Favacho abordou a importância do comitê em realizar mapeamentos e cobranças para assegurar que todos os órgãos envolvidos cumpram suas funções. Destacou a relevância das operações e da capacitação contínua das equipes para lidar com casos de violência sexual. A Sra. Emanuela Kamily de Souza L. Favacho também mencionou as dificuldades de locomoção no Marajó e a necessidade de uma estrutura adequada, como embarcações, para o trabalho policial e de justiça. O Sr. Márcio Coelho trouxe à tona a falta de estrutura e recursos no Marajó, incluindo a ausência de espaços de acolhimento para vítimas de

abuso e a carência de presença do sistema de justiça na região. Criticou a abordagem de doações pontuais, como embarcações, sem o devido acompanhamento e manutenção, e enfatizou que a presença contínua do Estado e a criação de infraestrutura adequada são essenciais para garantir que as políticas públicas funcionem de maneira eficaz. O Sr. Renato César Ribeiro Bomfim expressou sua preocupação com a gravidade da situação descrita, afirmando que a realidade enfrentada é alarmante e pede uma ação urgente e coordenada do Ministério dos Direitos Humanos, CONANDA e de todos os envolvidos para melhorar a qualidade de vida das crianças e adolescentes. Destacou a necessidade de empatia e um esforço conjunto para resolver problemas que, apesar de serem conhecidos, ainda persistem de forma trágica. A Sra. Lucinete Corrêa Tavares parabenizou as falas anteriores e destacou a importância de ações urgentes para salvar as crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade. Fez referência a problemas históricos na região, como a exploração sexual, e a necessidade de fortalecer a rede local para lidar com esses desafios. A Sra. Lucinete também criticou a falta de recursos e infraestrutura e pediu um foco maior na implementação de políticas públicas eficazes e na manutenção adequada dos equipamentos doados. Essas falas refletem a urgência de uma abordagem mais eficaz e coordenada para enfrentar a violência e a exploração infantil, destacando a necessidade de infraestrutura, presença contínua do Estado e um esforço colaborativo para mudar a realidade das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O Sr. Cláudio Augusto Vieira da Silva levantou a questão de que, além das embarcações, é fundamental assegurar que haja recursos para o seu funcionamento, como combustível. Questionou propostas superficiais como a sugestão de uma fábrica de calcinhas, defendendo ações que mitiguem problemas imediatos e estruturantes, e destacou a importância de discutir políticas públicas efetivas com uma abordagem estruturante e consciente. A Sra. Tatiane C. Sousa destacou as diferenças entre as realidades das diversas regiões do Pará e ressaltou que a situação no Marajó é um reflexo de uma realidade mais ampla. Questionou sobre propostas efetivas para mudanças e punições concretas para os responsáveis pela violência. A Sra. Cíntia Rolim mencionou a falta de progresso desde a última Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, da Pedofilia e a impunidade em casos emblemáticos, como o do político condenado por abuso. Destacou a importância de ações efetivas e fiscalização dos recursos destinados ao enfrentamento da violência sexual. Por fim, o Sr. Márcio Coelho sublinhou a necessidade de proteger as crianças e punir os agressores, além de promover a divulgação dos direitos e do que constitui violência sexual. Sugeriu o uso de uma balsa para realizar ações em vários municípios do Marajó, enfrentando as dificuldades logísticas e estruturais da região. Dia 08/08/2024 – Tarde: Durante a reunião, a Sra. Emanuela Kamily de Souza L. Favacho iniciou sua fala esclarecendo a presença do Marajó na discussão e respondendo aos questionamentos sobre a relevância desta região em comparação com outras. Destacou que, apesar de Carajás ser o principal indicador de violação de direitos humanos, o Marajó também enfrenta graves problemas, incluindo recentes casos de abuso sexual em Cachoeira do Arari. A Sra. Emanuela Kamily de Souza L. Favacho defendeu a luta histórica da sociedade civil pela instalação de equipamentos de proteção, como o Instituto Médico Legal, e criticou a falta de fiscalização sobre os recursos destinados à formação da rede de proteção. Também expressou insatisfação com o controle social, apontando que muitos conselheiros são indicados politicamente e não possuem autonomia real. A Sra. Emanuela Kamily de Souza L. Favacho concluiu sublinhando a importância de educar a juventude sobre seus direitos e criticou a falta de comunicação aberta sobre os problemas reais da sociedade. O Sr. Marcio Coelho concentrou-se na proteção de crianças vítimas de violência e na necessidade de punir os agressores. Destacou a importância da educação sexual nas escolas para ajudar na identificação e prevenção de abusos, compartilhando um exemplo de uma ação bem-sucedida que resultou em denúncias de violência. O Sr. Marcio também discutiu a viabilidade do transporte aéreo para atendimento urgente e mencionou as dificuldades financeiras e logísticas de realizar ações abrangentes no Marajó, sugerindo o uso de balsas para alcançar todos os municípios da região. Durante a reunião, a Sra. Débora de Carvalho Vigevani iniciou sua fala destacando a ausência do presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará, FASEPA, e o fato de que seu nome ainda não havia sido oficialmente mencionado. A Sra. Débora, especialista em socioeducação e integrante da comissão do CIPES-NASA, fez uma breve autodescrição e apresentou um panorama sobre a FASEPA. Explicou que a fundação atende todo o estado do Pará com medidas socioeducativas e possui unidades em Belém, Ananindeua, Benevides, Marabá e Santarém. A Sra. Débora detalhou que a FASEPA está em processo de implantação do novo sistema SIPIA, que substituirá um sistema anterior que apenas cadastrava informações. O novo SIPIA visa expandir a base de dados e integrá-la com outros sistemas de garantia de direitos no estado. Ressaltou a necessidade de melhorar a publicização e a organização dos dados e

sugeri uma formação virtual para facilitar a capacitação dos conselheiros e fortalecer a gestão dos conselhos. O Sr. Edmundo Ribeiro Kroger questionou o papel da Escola de Conselhos na formação dos conselheiros sobre o SIPIA, argumentando que a coordenação técnica deveria ter maior responsabilidade nessa capacitação, dado seu conhecimento técnico. O Sr. Edmundo também destacou a importância do financiamento para a implementação do SIPIA e mencionou desafios como a falta de infraestrutura em alguns municípios, além da necessidade de mais clareza nas orientações do CONANDA. Observou que a implementação do SIPIA é complexa e exige um esforço coletivo para enfrentar os desafios específicos de cada estado. A Sra. Lucinete Corrêa Tavares fez uma intervenção elogiando o trabalho do coordenador estadual do SIPIA, ressaltando seu esforço e dedicação à capacitação dos conselheiros. Destacou a importância do SIPIA e a necessidade de continuidade e aperfeiçoamento da formação dos conselheiros, enfatizando que o coordenador tem demonstrado um grande comprometimento com a causa. Um representante da Coordenação Técnica de Formação dos Conselheiros Tutelares comentou sobre a necessidade de convergência das agendas de capacitação entre as diferentes entidades envolvidas, como a Escola de Conselhos, a CST e o PPCAM. Destacou que, apesar dos desafios impostos pela falta de recursos e infraestrutura em alguns municípios, é essencial otimizar os momentos de formação para assegurar a eficácia das capacitações. Foi expressa gratidão ao CONANDA pela oportunidade de discutir a implementação do SIPIA e foi enfatizada a importância da descentralização e da colaboração entre os diversos atores da rede de proteção. Foi feito um apelo para que as políticas e documentos relacionados à assistência sejam revisados e atualizados para melhor atender às necessidades atuais, sugerindo, inclusive, a criação de um CREA-I, Conselho Regional de Educação e Assistência Infantil, específico para crianças e adolescentes. O Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha agradeceu ao CONANDA pela assembleia descentralizada e destacou a importância de continuar a luta pelos direitos das crianças e adolescentes. Também enfatizou a necessidade de regulamentar processos e fortalecer a participação dos adolescentes nas discussões de políticas públicas. O Sr. Carlos Frederico dos Santos expressou preocupações sobre a possibilidade de a COP30 ser usada como pretexto para violências adicionais contra crianças e adolescentes. Ao encerrar a reunião, a Sra. Lilian de Souza e a Sra. Luzia Moraes expressaram sua gratidão pela oportunidade de participar da assembleia. Destacaram a importância da discussão sobre políticas públicas e a necessidade de fortalecer a cooperação entre os diferentes níveis de governo e os comitês de participação.

MARINA DE POL PONIWAS

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda



Documento assinado eletronicamente por **Marina de Pol Poniwas, Usuário Externo**, em 16/09/2024, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4537787** e o código CRC **AC1757EB**.

Referência: Processo nº 00135.209220/2024-57

SEI nº 4437849